

Dinheiro novo vinculado ao BIRD

por Paulo Sotero
de Washington

O comitê de bancos credores e o Banco Mundial (BIRD) estão explorando formas de atrelar o desembolso de uma parte substancial do novo empréstimo de até US\$ 5,8 bilhões que os bancos já concordaram, em princípio, em conceder ao Brasil ao programa de empréstimos do BIRD para o País. Do total do novo empréstimo, é certo que pelo menos US\$ 3 bilhões serão incluídos no primeiro desembolso, previsto para fins de junho, na melhor das hipóteses, uma vez que esse é o montante do crédito de 180 dias que os bancos deram ao Brasil em dezembro passado para refinarçar uma parte da conta de juros de 1987.

O governo brasileiro tentará aumentar significativamente esse primeiro desembolso, negociando um segundo empréstimo-ponte com os bancos, ante os US\$ 5,8 bilhões, para pagar uma parte dos juros do segundo trimestre deste ano. Os bancos ainda não responderam à solicitação brasileira e a discussão desse item deverá ser um dos principais temas da rodada final de montagem do "pacote" de reescalonamento, que começa hoje em Nova York.

Independentemente do montante do primeiro desembolso e dos desembolsos subsequentes, o desejo do comitê de bancos de vinculá-los ao máximo à liberação de empréstimo do BIRD para o Brasil está alicerçado em duas fortes razões, disseram fontes financeiras e oficiais.

O MARKETING DO "PACOTE"

A razão mais imediata é mercadológica. Ao concordar em conceder novos créditos ao Brasil, eles não estarão simplesmente financiando o déficit do balanço de pagamentos do País, que é precisamente o que estarão fazendo, mas sim co-financiando projetos aprovados pelo BIRD. O comitê, segundo um banqueiro, acredita que enfrentará enormes resistências para vender a proposta do acordo brasileiro à comunidade financeira internacional, caso o empréstimo de US\$ 5,8 bilhões não esteja vinculado "a algum tipo de co-financiamento ou financiamento paralelo com o BIRD".

Essa vinculação tem ocorrido com os programas de outros países devedores, disseram as fontes, notando que os últimos acordos firmados entre os bancos e os governos da Argentina,

do México, do Uruguai e da Colômbia contêm, todos eles, modalidades variadas de financiamento paralelo com o BIRD. O governo brasileiro, que publicamente rejeita qualquer tipo de vinculação entre os desembolsos do empréstimo dos bancos à liberação das parcelas do empréstimo que poderá vir a obter do Fundo Monetário Internacional, vê na proposta dos banqueiros de atrelar seus desembolsos aos do BIRD pouco mais do que uma encenação da qual o comitê necessita para obter a adesão dos credores ao "pacote". Mas está disposto a participar dela.

Amanhã, os dois funcionários brasileiros escalados para a fase final das negociações com os bancos, o diretor de dívida externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, e o assessor internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Silva do Amaral, devem reunir-se com técnicos graduados do Departamento de Brasil do BIRD para discutir as idéias sobre financiamento paralelo que os três co-presidentes do comitê apresentaram, na última sexta-feira, à instituição.

SEGURO DE INCENDIO
Facilitar o "marketing"

do pacote brasileiro não é, na verdade, o único objetivo da aproximação dos credores privados com o BIRD. O Comitê está consciente das dificuldades que o calendário político poderá colocar para a implementação dos planos de controle do déficit público que a equipe do ministro da Fazenda, Mailson de Nobrega, está preparando. Isso poderá atrasar ou, num cenário mais pessimista, até mesmo inviabilizar a negociação de um programa de ajustamento entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional neste ano.

Em qualquer das duas hipóteses, o atrelamento dos desembolsos do "dinheiro novo" dos bancos ao programa de empréstimo do País com o FMI serviria como um seguro de incêndio, resguardando a implementação do acordo e a realização de seu principal objetivo: o encerramento formal, nos meados deste ano, da moratória brasileira, que permitirá aos bancos voltar a contabilizar como receita os juros brasileiros equivalentes a um período de um ano e meio (desde a decretação da moratória até a data em que o novo acordo entrar em vigor). Para um credor como o Citicorp, isso significa relançar nos livros algo como

US\$ 750 milhões de dólares. O governo dos Estados Unidos, que é o principal patrocinador e avalista da estrutura de negociação montada para viabilizar o fim da moratória e a normalização das relações entre o Brasil e seus credores, tem interesse no sucesso da negociação — torcem os bancos — e apoiará a idéia do financiamento paralelo. Cioso de sua credibilidade, o Banco Mundial vê a proposta do atrelamento de seu programa de empréstimo ao Brasil ao novo empréstimo dos bancos com certa reserva. "O que o banco precisa saber, primeiro, é a que programa econômico, no Brasil, poderá atrelar o seu próprio programa de empréstimo", observou uma fonte da organização, deixando claro que o País poderá ter seu acesso aos recursos do banco fortemente reduzido se deixar de adotar as medidas de austeridade fiscal necessárias para estabilizar a economia.

Ainda assim, fontes oficiais e dos bancos acreditam que, mesmo num cenário pessimista, seria possível isolar e obter a aprovação de pelo menos alguns grandes empréstimos, como o setorial elétrico número 2, de cerca de US\$ 500 milhões.

Este empréstimo encontra-se, há meses, em fase final de negociação, dependendo apenas de tomadas de medidas politicamente difíceis no Brasil. Sua aprovação, indicou uma fonte, poderia ser usada para ancorar o desembolso de uma parcela equivalente do empréstimo de "dinheiro novo" dos bancos. Um outro empréstimo considerado como possível, ancora para um desembolso paralelo por parte dos bancos e é o que financiará um programa de controle de doenças endêmicas no Nordeste. Neste caso, o efeito que se buscava seria mais o de imagem, afirmou uma fonte familiarizada com as discussões.